



## **Copel Renováveis S.A.**

CNPJ/MF 19.126.003/0001-02

NIRE: 41300088276

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2016**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>6</b>
Balancos Patrimoniais .....	6
Demonstrações de Resultados .....	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	9
1 Contexto Operacional.....	11
2 Base de Preparação.....	11
3 Principais Políticas Contábeis .....	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa .....	18
5 Transações com Partes Relacionadas .....	19
6 Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	19
7 Outras Obrigações Fiscais .....	20
8 Benefícios Pós-Emprego.....	20
9 Patrimônio Líquido .....	25
10 Despesas Operacionais .....	25
11 Resultado Financeiro .....	26
12 Instrumentos Financeiros .....	26
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>28</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>31</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Convidamos à leitura do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Copel Renováveis S.A., subsidiária integral da Copel - Companhia Paranaense de Energia S.A., constituída em 2013 com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis.

Neste ano deu-se continuidade às obras do quarto empreendimento eólico no Rio Grande do Norte, denominado Cutia Empreendimento Eólicos S.A., o qual está dividido em dois complexos: Cutia e Bento Miguel, com previsão de investimentos de aproximadamente R\$ 2 bilhões. Após a conclusão, o empreendimento terá a capacidade total instalada de 332 MW, distribuída em seus 13 parques.

Os marcos relevantes da execução das obras, em 2016, foram:

- a obtenção das licenças ambientais, o início das execuções de vias de acesso, bases e plataforma de montagem do conjunto gerador e a construção de Subestação Cutia, com potência instalada de três transformadores de 120 MVA e 26 circuitos de 34 kV, sendo dois circuitos para cada parque eólico;
- começaram a ser entregues os primeiros conjuntos geradores, compostos por naceles, geradores, hubs e pás, bem como entrou em operação o Centro Produtivo de Torres, estrutura na qual são confeccionados elementos pré-moldados que constituirão as torres de sustentação dos aerogeradores.

Ainda em 2016, completaram um ano de operação comercial, dois outros complexos eólicos concluídos no Rio Grande do Norte: Copel Brisa Potiguar S.A. e São Bento Energia Investimentos e Participações S.A.

Até dezembro de 2018 estão previstos 24 parques naquela região, com participação societária integral, e 4 parques com participação societária de 49%, totalizando, mais de 660 MW de capacidade de geração eólica instalada.

Desta forma, nossa atuação em fontes alternativas de energia vem contribuindo para que a Copel continue obtendo resultados sustentáveis.

Curitiba, 20 de março de 2017

Ricardo Goldani Dosso

Diretor Presidente

## PERFIL ORGANIZACIONAL

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, foi criada a Copel Renováveis — que tem como sua principal finalidade aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética de forma rentável e sustentável.

## DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2016	2015	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	35.530	22.070	61,0
Caixa e equivalentes de caixa	6.896	7.144	(3,5)
Custos e despesas operacionais	75	2.242	(96,7)
Equivalência patrimonial	-	(1)	-
EBITDA ou LAJIDA	(75)	(2.243)	(96,7)
Resultado financeiro	472	229	106,1
IRPJ/CSLL	(51)	-	-
Lucro operacional	397	(2.014)	(119,7)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	346	(2.014)	(117,2)
Patrimônio líquido	28.778	17.889	60,9
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	8,5	8,0	5,9
Liquidez geral (índice)	5,1	5,2	(1,9)
Participação de capital de terceiros (%)	19,0	18,9	0,3
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	1,9	93,9	(97,9)

<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)

## COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente VAGA EM ABERTO  
Secretário Executivo RICARDO GOLDANI DOSSO  
Membro JONEL NAZARENO IURK

### CONSELHO FISCAL

Presidente VAGA EM ABERTO  
Membros Titulares GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN  
NELSON LEAL JUNIOR  
Membros Suplentes OSNI RISTOW  
ROBERTO BRUNNER  
GILMAR MENDES LOURENÇO

### DIRETORIA

Diretor Presidente RICARDO GOLDANI DOSSO  
Diretor de Finanças LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI  
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais CRISTIANO HOTZ  
Diretor Adjunto JULIO CESAR DE CASTRO MARTINS

### CONTADORA

CRC-PR-041655/O-6 NANCY ATENALIA ALVES

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.896	7.144
Outros créditos		256	202
Imposto de renda e contribuição social		71	46
Outros tributos a recuperar		95	-
Partes relacionadas	5	27.147	14.393
		<b>34.465</b>	<b>21.785</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos judiciais		227	119
		<b>227</b>	<b>119</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>313</b>	<b>52</b>
<b>Intangível</b>		<b>525</b>	<b>114</b>
		<b>1.065</b>	<b>285</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>35.530</b>	<b>22.070</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	6	2.732	2.131
Partes relacionadas	5	954	312
Fornecedores		297	247
Imposto de renda e contribuição social		19	-
Outras obrigações fiscais	7	14	6
Benefícios pós-emprego	8	26	15
Outras contas a pagar		12	3
		<b>4.054</b>	<b>2.714</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Outras obrigações fiscais	7	233	125
Benefícios pós-emprego	8	2.374	1.335
Outras contas a pagar		82	7
Provisões para litígios		9	-
		<b>2.698</b>	<b>1.467</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	9.1	29.049	8.300
Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	20.749
Ajustes de avaliação patrimonial	9.2	(423)	(966)
Prejuízos acumulados		(9.848)	(10.194)
		<b>28.778</b>	<b>17.889</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>35.530</b>	<b>22.070</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
<b>Despesas Operacionais</b>	10		
Despesas gerais e administrativas		-	(2.235)
Outras despesas		(75)	(7)
Resultado da equivalência patrimonial		-	(1)
		<b>(75)</b>	<b>(2.243)</b>
<b>PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(75)</b>	<b>(2.243)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	11		
Receitas financeiras		478	235
Despesas financeiras		(6)	(6)
		<b>472</b>	<b>229</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>397</b>	<b>(2.014)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>			
Imposto de renda e contribuição social		(51)	-
		<b>(51)</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>346</b>	<b>(2.014)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>346</b>	<b>(2.014)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	9.2	543	1.299
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>889</b>	<b>(715)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>		<b>2.000</b>	<b>6.300</b>	<b>(2.265)</b>	<b>(8.180)</b>	<b>(2.145)</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.014)	(2.014)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	9.2	-	-	1.299	-	1.299
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.299</b>	<b>(2.014)</b>	<b>(715)</b>
Recebimento de adiantamento		-	20.749	-	-	20.749
Aumento de capital		6.300	(6.300)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>8.300</b>	<b>20.749</b>	<b>(966)</b>	<b>(10.194)</b>	<b>17.889</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	346	346
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	9.2	-	-	543	-	543
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>543</b>	<b>346</b>	<b>889</b>
Recebimento de adiantamento		-	10.000	-	-	10.000
Aumento de capital		20.749	(20.749)	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>29.049</b>	<b>10.000</b>	<b>(423)</b>	<b>(9.848)</b>	<b>28.778</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2016	31.12.2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		346	(2.014)
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização		11	-
Resultado da equivalência patrimonial		-	1
Imposto de renda e contribuição social		51	-
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	8.4	1.613	388
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	8.4	481	1.214
Provisões e reversões operacionais líquidas		81	7
		<b>2.583</b>	<b>(404)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Depósitos judiciais		(108)	(95)
Outros créditos		(54)	(59)
Imposto de renda e contribuição social		(25)	(42)
Outros tributos a recuperar		(95)	-
Despesas antecipadas		-	7
		<b>(282)</b>	<b>(189)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		601	870
Partes relacionadas		642	
Fornecedores		50	150
Outras obrigações fiscais		116	102
Benefícios pós-emprego	8.4	(501)	(1.223)
Outras contas a pagar		12	(186)
		<b>920</b>	<b>(287)</b>
<b>CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(32)	-
		<b>3.221</b>	<b>(880)</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>3.189</b>	<b>(880)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Créditos concedidos a partes relacionadas		(12.754)	(14.393)
Aquisições de investimentos		-	(8)
Aquisições de imobilizado		(272)	(52)
Aquisições de intangível		(411)	(114)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>(13.437)</b>	<b>(14.567)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	20.749
Aumento de capital		-	-
Amortização de principal de obrigações contraídas com partes relacionadas		-	(825)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>10.000</b>	<b>19.924</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(248)</b>	<b>4.477</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.144	2.667
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	6.896	7.144
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(248)</b>	<b>4.477</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do Valor Adicionado**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Receitas</b>	-	-
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Material, insumos e serviços de terceiros	-	374
Outros insumos	75	19
	<b>75</b>	<b>393</b>
<b>( = ) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(75)</b>	<b>(393)</b>
<b>( - ) Depreciação e amortização</b>	-	-
<b>( = ) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(75)</b>	<b>(393)</b>
<b>( + ) Valor adicionado transferido</b>		
Receitas financeiras	478	235
	<b>478</b>	<b>235</b>
	<b>403</b>	<b>(158)</b>

<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>%</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>%</b>
<b>Pessoal</b>				
Remunerações e honorários			948	
Planos previdenciário e assistencial			207	
Auxílio alimentação e educação			103	
Encargos sociais - FGTS			88	
Indenizações trabalhistas			-	
Participação nos lucros e/ou resultados			148	
	-	-	<b>1.494</b>	<b>(945,6)</b>
<b>Governo</b>				
Federal	54		310	
Municipal	-		1	
	<b>54</b>	<b>13,4</b>	<b>311</b>	<b>(196,8)</b>
<b>Terceiros</b>				
Juros	3		2	
Arrendamentos e aluguéis	-		49	
	<b>3</b>	<b>0,7</b>	<b>51</b>	<b>(32,3)</b>
<b>Acionistas</b>				
Lucros (prejuízos) retidos na empresa	346		(2.014)	
	<b>346</b>	<b>85,9</b>	<b>(2.014)</b>	<b>1.274,7</b>
	<b>403</b>	<b>100,0</b>	<b>(158)</b>	<b>100,0</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015  
em milhares de reais

## **1 Contexto Operacional**

A Copel Renováveis S.A (Companhia), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem como objeto gerar, transmitir e comercializar energia oriunda de fontes que possuam capacidade de regeneração por meios naturais, bem como estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de geração e transmissão de energia das fontes descritas; e prestar serviço de consultoria e engenharia, dentro de sua área de atuação.

### **1.1 Participação societária**

A Companhia detém 100% do capital social da empresa Copel Brisa Potiguar S.A., constituída em 21.01.2015, com sede social em Curitiba/PR e com a atividade principal de controle e gestão de participações. A Copel Brisa Potiguar apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 82 em 31.12.2016.

A Companhia está desobrigada de apresentar demonstrações financeiras consolidadas em virtude de atender às exceções de apresentação dessas demonstrações, conforme disposto no CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas.

## **2 Base de Preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20.03.2017.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n<sup>os</sup> 3.2 e 12 - Instrumentos financeiros; e
- NEs n<sup>os</sup> 3.4 e 8 - Benefícios pós-emprego.

## **3 Principais Políticas Contábeis**

### **3.1 Investimento em controlada**

A controlada é a entidade em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

O investimento em controlada é reconhecido nas demonstrações financeiras da investidora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, o investimento é inicialmente registrado pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pela investida, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil do investimento.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

## **Ativos financeiros**

### **3.2.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### **3.2.2 Empréstimos e recebíveis**

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

## **Passivos financeiros**

### **3.2.3 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### **3.2.4 Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **3.2.5 Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.3 Imposto de renda e contribuição social**

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Nos exercícios de 2016 e 2015 não foram reconhecidos ativos e passivos fiscais diferidos, por não atenderem a todos os critérios para o seu reconhecimento.

### **3.4 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### **3.5 Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

### **3.6 Demonstração do valor adicionado - DVA**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. Não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

### **3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor**

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

#### **3.7.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como a Companhia não aplicou a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma.

### 3.7.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras .

### 3.7.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

### 3.7.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

### 3.7.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação

Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações.



O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salieta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos.

As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. .

#### 3.7.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira.

O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui transações em moeda estrangeira . Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impacto em suas demonstrações financeiras.

#### 3.7.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia não possui Propriedade de investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

#### 3.7.8 3.7.8 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações à IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adotantes ao IFRS;
- ii) alterações à IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e

iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não teve um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras

#### 4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e bancos conta movimento	1.138	95
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.758	7.049
	<b>6.896</b>	<b>7.144</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2016	31.12.2015
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Entidades sob controle comum</b> - compartilhamento de gastos		
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	1.474	1.257
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	1.496	1.282
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	1.865	1.612
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	1.428	1.229
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	1.822	1.252
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	1.531	1.590
Ventos de Santo Uriel S.A.	877	751
GE Boa Vista S.A.	858	735
GE Farol S.A.	1.257	1.083
GE Olho D'Água S.A.	1.952	1.674
GE São Bento do Norte S.A.	1.849	1.580
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	282	6
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	225	6
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	217	6
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	160	6
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	141	6
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	133	6
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	915	7
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	863	9
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	907	9
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	2.142	260
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	804	9
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	2.057	9
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1.892	9
	<b>27.147</b>	<b>14.393</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Controladora</b> - Copel - compartilhamento de gastos	954	312
	<b>26.193</b>	<b>14.081</b>

O total dos custos, bem como os serviços de pessoal-chave da administração da Companhia em 2016 e 2015 foi compartilhado entre as entidades relacionadas acima, conforme contrato de compartilhamento.

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE nº 8, cujos saldos do passivo são apresentados na NE 8.3.

## 6 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Obrigações sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	636	497
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	391	293
	<b>1.027</b>	<b>790</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Folha de pagamento, líquida	-	264
Férias	1.243	929
Participação nos lucros e/ou resultados	462	148
	<b>1.705</b>	<b>1.341</b>
	<b>2.732</b>	<b>2.131</b>

## 7 Outras Obrigações Fiscais

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Passivo circulante</b>		
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4	2
Outros tributos	10	4
	<b>14</b>	<b>6</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	233	125
	<b>233</b>	<b>125</b>

(a) Mandado de segurança no qual a Companhia contesta a incidência de contribuição do Senai sobre determinadas verbas trabalhistas. Os valores contestados vêm sendo depositados judicialmente.

## 8 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário Unificado e Plano Previdenciário III) e de assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do plano assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 8.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

## 8.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

## 8.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2016	31.12.2015
Plano previdenciário	2	3
Plano assistencial	2.398	1.347
	<b>2.400</b>	<b>1.350</b>
	<b>Circulante</b>	<b>26</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>2.374</b>
		<b>15</b>
		<b>1.335</b>

## 8.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Em 1º.01.2015</b>	<b>5</b>	<b>2.265</b>	<b>2.270</b>
Apropriação do cálculo atuarial	-	388	388
Contribuições previdenciárias e assistenciais	1.214	-	1.214
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(1.299)	(1.299)
Transferências	19	(19)	-
Amortizações	(1.223)	-	(1.223)
<b>Em 31.12.2015</b>	<b>15</b>	<b>1.335</b>	<b>1.350</b>
Apropriação do cálculo atuarial	-	1.613	1.613
Contribuições previdenciárias e assistenciais	481	-	481
Ajuste referente a ganhos atuariais	-	(543)	(543)
Transferências	31	(31)	-
Amortizações	(501)	-	(501)
<b>Em 31.12.2016</b>	<b>26</b>	<b>2.374</b>	<b>2.400</b>

## 8.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

### 8.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2016 e 2015, estão demonstradas a seguir:

	2016		2015	
	Real	Nominal	Real	Nominal
<b>Econômicas</b>				
Inflação a.a.	-	5,15%	-	6,80%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos de benefícios previdenciários	5,89%	11,34%	7,26%	14,55%
Planos de benefício assistencial	5,88%	11,33%	7,27%	14,56%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,25%	2,00%	8,94%
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		A. VINDAS		A. VINDAS

### 8.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

Consolidado	Plano BD	Plano CV
<b>Em 31.12.2016</b>		
Participantes aposentados	15,62	23,75
Participantes pensionistas	16,59	28,89
<b>Em 31.12.2015</b>		
Participantes aposentados	15,62	25,68
Participantes pensionistas	16,64	28,65

### 8.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do plano previdenciário para 31.12.2016 totalizaram um superávit do plano de R\$ 1.045, enquanto que, em 31.12.2015, a posição era de R\$ 991, resumidas abaixo:

	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	31.12.2016	31.12.2015
Obrigações total ou parcialmente cobertas	7.387	2.917	10.304	6.782
Valor justo dos ativos do plano	(8.432)	(519)	(8.951)	(6.426)
<b>Estado de cobertura do plano</b>	<b>(1.045)</b>	<b>2.398</b>	<b>1.353</b>	<b>356</b>
Ativo não reconhecido	1.045	-	1.045	991
	-	<b>2.398</b>	<b>2.398</b>	<b>1.347</b>

A Companhia procedeu ajustes no seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2016, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 543, correspondente a uma redução apurada naquela data base.

#### 8.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2015</b>	<b>3.678</b>	<b>2.645</b>
Custo de serviço	-	98
Custo dos juros	440	338
Benefícios pagos	-	(13)
(Ganhos) / perdas atuariais	945	(1.349)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2015</b>	<b>5.063</b>	<b>1.719</b>
Custo de serviço	-	1.402
Custo dos juros	739	272
Benefícios pagos	(598)	(34)
(Ganhos) / perdas atuariais	2.183	(442)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2016</b>	<b>7.387</b>	<b>2.917</b>

#### 8.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano previdenciário	Plano assistencial
<b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2015</b>	<b>3.832</b>	<b>380</b>
Retorno esperado dos ativos	497	49
Ganhos / (perdas) atuariais	1.725	(57)
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2015</b>	<b>6.054</b>	<b>372</b>
Retorno esperado dos ativos	853	60
Contribuições e aportes	40	-
Benefícios pagos	(598)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	2.083	87
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2016</b>	<b>8.432</b>	<b>519</b>

#### 8.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2017, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2017
Custo do serviço corrente	-	68	68
Custo estimado dos juros	840	332	1.172
Rendimento esperado do ativo do plano	(933)	(57)	(990)
Contribuições estimadas dos empregados	-	-	-
<b>Custos (receitas)</b>	<b>(93)</b>	<b>343</b>	<b>250</b>

#### 8.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
<b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	107	(119)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(537)	303
<b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	191	(191)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	32	(32)
<b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	1	(1)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(3)	3

#### 8.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

Consolidado	Plano previdenciário	Plano assistencial	Total
2017	538	36	574
2018	1.513	80	1.593
2019	1.684	90	1.774
2020	1.617	91	1.708
2021	1.702	94	1.796
2022 a 2056	25.588	1.485	27.073

#### 8.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2016 e a alocação-meta para 2017, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2017	2016
Renda fixa	87,5%	90,8%
Renda variável	4,6%	5,7%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Imóveis	1,9%	1,7%
Investimentos estruturados	4,8%	0,6%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>



A seguir são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	Plano Unificado (BD)		Plano III (CV)	
	meta (%) <sup>(*)</sup>	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	92,0%	86,0%	79,7%	61,3%
Renda variável	2,0%	1,0%	9,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,4%	1,0%
Imóveis	2,5%	1,0%	1,1%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	7,9%	0,0%

(\*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

## 9 Patrimônio Líquido

### 9.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R\$ 29.049 (R\$ 8.300, em 31.12.2015) e é composto por 29.048.754 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

### 9.2 Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2015</b>	<b>(2.265)</b>
<b>Ajustes referentes a passivos atuariais:</b>	
Benefícios pós-emprego	1.299
<b>Em 31.12.2015</b>	<b>(966)</b>
<b>Ajustes referentes a passivos atuariais:</b>	
Benefícios pós-emprego	543
<b>Em 31.12.2016</b>	<b>(423)</b>

## 10 Despesas Operacionais

	31.12.2016	31.12.2015
Pessoal e administradores	-	(1.588)
Serviços de terceiros	-	(367)
Planos previdenciário e assistencial	-	(207)
Material	-	(7)
Provisão para passivo a descoberto em controlada (NE ° 1.1)	(75)	(7)
Resultado de equivalência patrimonial	-	(1)
Outros custos e despesas operacionais	-	(66)
	<b>(75)</b>	<b>(2.243)</b>

As despesas relativas a 2016 foram compartilhadas conforme NE° 5.

## 11 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	497	235
(-) Pis e cofins s/ receitas financeiras	(23)	-
Outras receitas financeiras	4	-
	<b>478</b>	<b>235</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
IOF sobre aplicações financeiras	3	-
Outras despesas financeiras	3	6
	<b>6</b>	<b>6</b>
	<b>484</b>	<b>241</b>

## 12 Instrumentos Financeiros

### 12.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2016		31.12.2015	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	6.896	6.896	7.144	7.144
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores (a)			297	297	247	247
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>297</b>	<b>297</b>	<b>247</b>	<b>247</b>

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

### 12.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia, por meio de sua Controladora, mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 12.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

### 12.2.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
<b>31.12.2016</b>							
Fornecedores	-	297	-	-	-	-	297
		<b>297</b>	-	-	-	-	<b>297</b>
<b>31.12.2015</b>							
Fornecedores	-	247	-	-	-	-	247
		<b>247</b>	-	-	-	-	<b>247</b>

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Copel Renováveis S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Auditoria do exercício anterior*

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 22 de março de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 13 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Renováveis S.A. - Copel REN, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 13 de abril de 2017

/s/

OSNI RISTOW

/s/

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

/s/

NELSON LEAL JUNIOR